

economia EC 10

questões económicas e sociais

**emprego
para os
jovens
— que
perspectiva?**

**a banca
e a
política
de
crédito**

**que
controlo
de preços?**

sumário

Editorial. Agrava-se a crise	3
Emprego para os jovens — que perspectivas? Vasco Cal	4
A banca e a política de crédito. Alguns apontamentos gerais sobre crédito. Carlos Pimenta	35
Que controlo de preços? Trabalho colectivo.	36
Recuperação capitalista e reanimação económica. Por uma política de investimentos ao serviço do povo. Vasco Corregedor da Fonseca	41
Notas e informações:	
— «contra-revolução legislativa»	53
— as estatísticas da «Europa connosco» e a crise	70
— a «Europa connosco» e os têxteis portugueses	71
— o relatório da conta geral do Estado de 1975 desmente o grupo dirigente do PS	72
— o capitalismo	74
— os direitos dos trabalhadores nos EUA	74
— a droga na RFA	75
— a crise da indústria metalúrgica	75
— monopólios e corrupção	76
— a ilustração da política atlântica dos diferentes países europeus	77
— assim vai o Mercado Comum que tanto deslumbra o reino da convergência	77
— as finanças ao serviço do progresso nacional	78
— a aliança da África do Sul com a NATO	80
— concentração do capital financeiro	84

a banca

e a política de crédito

alguns apontamentos gerais
sobre crédito

1.

Limites da análise

1.1. Parece-nos importante à partida fazer algumas observações sobre os parâmetros gerais fundamentais em que assentamos a análise subsequente, a saber:

a) *A inter-relação estreita entre a moeda (sistema monetário) e o crédito (sistema de crédito)*, que reflecte simultaneamente a base monetária do crédito e a forma de moeda-crédito da actual moeda, leva-nos a tomar em consideração essas duas categorias, sem esquecer os seus graus de autonomia e privilegiando a segunda.

b) *As relações sociais de produção constituem de forma permanente a condicionante fundamental da totalidade da formação económico-social. Naquelas, a produção constitui o termo determinante. Como a moeda e o crédito são relações sociais de produção, mas que se situam particularmente nas relações de troca, não reflectem directamente as situações económicas centrais.*

Teremos de ter sempre subjacente as actuais características fundamentais da economia portuguesa e sua dinâmica.

Mesmo num momento, como o que vivemos agora, em que os problemas monetário-financeiros têm uma grande acuidade, a análise e as soluções não se podem restringir a esse estrito campo.

c) Não se nega *um grau de autonomia* e importância aos sistemas monetário e de crédito. É necessário estudá-los na sua dinâmica, utilizá-los.

d) Tendo sempre presente a totalidade dos referidos sistemas, é necessário *considerar em particular os bancos*, agentes centrais no movimento do capital-dinheiro e manifestação institucional do capital bancário. Assumem uma grande importância, quer enquanto instituições consideradas isoladamente quer como sistema hierarquizado em que o Banco de Portugal é o elemento cupular responsabilizado

por um conjunto de funções que garantem a unidade do sistema monetário nacional.

São agentes económicos que se inserem no conjunto da actividade económica.

e) A estreita ligação entre Banco de Portugal e Estado e o carácter aparentemente político das decisões daquele não excluem o carácter primário da sua acção como gestor monetário, reagindo às solicitações que lhe são feitas numa determinada conjuntura.

1.2. É preciso ter igualmente presente que os sistemas monetário e de crédito portugueses se inserem simultaneamente em três movimentos diferentes, tendo cada um as suas especificidades:

a) Quarenta e oito anos de fascismo marcaram profundamente a vida nacional, em geral, e o sistema monetário-financeiro, em particular. O tipo de relações e compromissos monetários e de crédito internacionais, a forma de gestão capitalista das empresas, as sociedades anónimas, a existência, evolução e funcionamento da Bolsa de Títulos, a distribuição do Rendimento Nacional e a estrutura do Orçamento Geral do Estado constituem um primeiro conjunto de elementos condicionadores. Além disso, como se salienta no *Rumo à Vitória*, «a concentração industrial e a concentração bancária, a criação de monopólios industriais e monopólios bancários, a fusão ou enlace dos bancos com a indústria, deram à oligarquia financeira uma posição dominante em toda a economia nacional. Se até ao princípio da Segunda Guerra Mundial o mais característico da política fascista foi a facilitação da criação de grandes grupos financeiros, depois da Segunda Guerra Mundial, ligada aos planos de “industrialização” e de “fomento”, a política fascista caracterizou-se pelo auxílio a esses grupos para se apossarem de toda a vida económica nacional, através da exploração desenfreada da classe operária e duma violenta e desapiadada ofensiva para liquidarem as pequenas empresas».

A ruptura que desde os primeiros dias da Revolução se verificou entre o Estado e os grupos monopolistas e as modificações económico-sociais muito diversas, incluindo a nacionalização da Banca, criaram uma situação nova que *insere os sistemas monetário e de crédito no movimento de democratização da sociedade portuguesa*.

b) As transformações verificadas não podem ser analisadas apenas no quadro da luta entre a herança do fascismo e a instauração de uma nova sociedade no quadro do capitalismo. «Na apreciação da situação objectiva deve ter-se em conta que as estruturas fundamentais do estágio de desenvolvimento capitalista existente antes do 25 de Abril foram destruídas. As transformações levadas a cabo alte-

raram profundamente as estruturas económico-sociais. As relações de produção capitalistas são ainda predominantes, mas já não são determinantes.» (VIII Congresso, p. 234.)

As alterações profundas nas próprias relações sociais de produção, a diferente natureza social dos intervenientes no crédito e a possibilidade de o Estado aplicar uma política que sai dos quadros da actuação capitalista alteram o conteúdo dos sistemas monetário e de crédito criando um *movimento de passagem a um sistema monetário-financeiro não capitalista*.

No combate deliberado a essa transformação encontram-se muitos actos de sabotagem económica, ponto de encontro de uma actividade especulativa de lucro fácil e de uma actuação política deliberada do grande capital.

Este movimento e a luta contra ele é a expressão, para a moeda e crédito, da alternativa «recuperação económica-recuperação capitalista».

c) Continuando a economia portuguesa inserida na economia capitalista mundial, sendo o sector capitalista dominante e praticando-se desde o VI Governo Provisório uma política de recuperação capitalista, é imperioso atender aos ciclos conjunturais e à sua expressão monetário-financeira. É necessário desfazer os véus diáfanos das aparências.

Tomemos dois exemplos:

— O decréscimo do ritmo de variação da produção em 1974 é o aspecto fundamental para a caracterização da aparente prosperidade financeira em 1973, cujo fenómeno mais marcante foi a subida da cotação das acções na Bolsa de Lisboa em 84,9 % comparativamente ao ano anterior, continuação de um empolamento que vinha desde 1971.

— «O 4.º trimestre de 1975 e o 1.º trimestre de 1976 constituíram o ponto de viragem da evolução da generalidade dos agregados monetários. Neles se iniciou a quebra do crescimento das notas em circulação, que veio a culminar num decréscimo absoluto de 2,5 % em Dezembro de 1976 relativamente ao mês homólogo de 1975, com a esperada contrapartida no aumento dos depósitos. Destes, os depósitos à ordem apresentavam, no final de 1976, um acréscimo de 23 % relativamente a 1975, e os depósitos a prazo um aumento de 27,4 %» (*Relatório do Banco de Portugal de 1976*, p. 75). É certo, mas não constitui o sucesso de uma dada actuação estatal — «a estabilização política com claro reflexo no reequilíbrio do crescimento dos diversos agregados e instituições monetárias» (*Ibid.*, pp. 86-87) —, que se limitou a reagir aos imperativos do processo capitalista, mas o resultado normal de se ter seguido à quebra de 4,9 % da produção industrial em 1975 (menor do que a verificada em países capitalistas desenvolvidos, graças às transformações revolucionárias e ao crescimento do mercado interno)

um aumento de 5,6 % em 1976, o que corresponde à evolução da conjuntura capitalista internacional.

Teremos de ter sempre presente o movimento dos sistemas monetário e de crédito na conjuntura capitalista.

1.3. Estes movimentos apresentam quer complementaridade quer contradição entre si.

Procuraremos aprofundar alguns dos seus aspectos.

Após algumas notas sobre a herança fascista e o pós-25 de Abril esboçaremos algumas considerações sobre parâmetros fundamentais de uma transformação progressista do sistema de crédito (resolução das situações de enquadramento e defesa da nacionalização do sector bancário), terminando com referência a alguns problemas candentes.

2.

Notas sobre a negra herança fascista e o processo posterior ao 25 de Abril

2.1. A situação monetário-financeira no período final do fascismo pode ser sintetizada nos doze pontos seguintes:

a) Agravamento crescente do saldo negativo da Balança Comercial, que passa de 6361 milhares de contos em 1965 para 22 258 em 1973, com particular incidência nos últimos quatro anos: em 1969 o saldo foi de — 8767 milhares de contos.

Os saldos positivos da Balança de Pagamentos resultam essencialmente da Balança de Invisíveis Correntes, com particular relevância das remessas dos emigrantes e das receitas do turismo: as transferências privadas passaram de 4346 milhares de contos em 1965 para 27 056 em 1973, enquanto as segundas, no mesmo período, saltavam de 2793 milhares de contos para 7896).

O reduzido mercado interno, a concentração do nosso comércio externo em produtos e países, o carácter instável e estreitamente dependente da conjuntura económico-política do turismo elitista, além da luta dos povos contra a exploração colonial, reflectem a situação instável numa situação de crescente dependência do mundo capitalista.

b) Benefício dos sistemáticos superactivos da Balança de Pagamentos das colónias com o estrangeiro, pois o sistema monetário colonial está dependente de bancos portugueses especiais, as reservas da sua cobertura estavam nas mãos de Portugal, as cotações dessas moedas eram inferiores ao escudo e sem aceitação internacional. Era com divisas estrangeiras, e não só, que as colónias obtinham os escudos necessários para saldar os défices com o nosso país.

c) A aparente estabilidade do escudo chocava com a diminuição crescente do poder aquisitivo interno devido à taxa de inflação (de Abril de 1963 a Abril de 1974 os preços aumentam 2,5 vezes, isto é, com uma média de 22 %

ao ano) e deterioração da sua comparação com o preço do ouro, nomeadamente por razões inerentes às crises do sistema monetário internacional (1 grama de ouro fino em barra passou de 39\$64 em Abril de 1969 para 140\$48 em Abril de 1974). Assentava nos saldos positivos da nossa Balança de Pagamentos, com as debilidades referidas, na exploração colonial, historicamente condenada, e nas reservas de ouro, que constituíam como que um depósito de garantia que o regime fascista se via obrigado a efectuar para que os próprios países capitalistas não exercessem pressões políticas sobre o escudo.

d) Recurso sistemático à dívida pública (interna e externa) que passou de 15 887,8 milhares de contos em 1959 para 54 258 em 1973. É particularmente significativa a influência da guerra colonial na dívida externa, que passa de um peso médio de 11 % em relação à dívida total, nos três anos anteriores ao seu início, para 22,4 % em 1962. A Previdência funcionava como instituição de crédito do Estado, à custa e em prejuízo da melhoria e alargamento dos benefícios aos trabalhadores.

e) A importação de capitais a médio e longo prazos passaram de 4316 milhares de contos em 1964 para 8263 em 1973. Uma média anual de quase 30 % desses créditos destinavam-se à importação de mercadorias, com tendência de agravamento em resultado da evolução da Balança Comercial. No mesmo período, os empréstimos financeiros tiveram um mínimo absoluto em 1965, com 901 milhares de contos (22,7 % do total) e um máximo de 2747 (40,1 % do total) em 1971. Os investimentos directos sobem vertiginosamente nos últimos anos de fascismo: a sua percentagem média na globalidade dos capitais importados passa de 10,4 % no período de 1964-1968 para 18,98 % no período de 1969-1973, chegando a atingir 29,7 % em 1973 (2460 milhares de contos).

f) A concessão de facilidades ao capital estrangeiro e a crescente penetração das multinacionais, mais a dívida externa crescente e a necessidade de a amortizar, conduzem à enorme deterioração da Balança de Capitais. Em 1964 o seu saldo era positivo em 2980 milhares de contos e manteve-se com valores semelhantes até 1968, mas a partir de então passou a negativo, atingindo — 4904 e — 6745 milhares de contos em 1972 e 1973.

g) A circulação fiduciária cresce de forma sistemática desde 1950, mas a partir de 1960 adquire grande ritmo.

Os meios totais de pagamento passaram de 81 481 milhares de contos em 1964 para 302 648 em 1973. A guerra colonial é a grande responsável, mas também o é a especulação bolsista.

Os depósitos à ordem nos últimos sete anos de fascismo passaram de 58 348 milhares de contos para 151 906. Os

depósitos a prazo cresceram, no mesmo período, a maior ritmo: de 21 151 milhares de contos para 143 198. No entanto, nos últimos anos tendem a inverter-se os ritmos de crescimento anual: os segundos passam de 26,6 % em 1967 e 58 % em 1969 para 25,4 % em 1973, enquanto os primeiros evoluem de 12,8 % em 1967 para 25,3 % em 1973.

h) Gera-se uma diferença bastante sensível entre as reservas e as «responsabilidades escudos à vista». Em Dezembro de 1973 as reservas eram de 44 196 milhares de contos e as responsabilidades escudos à vista de 76 826.

i) Os bancos comerciais detinham em 1973 85,9 % e 75,9 % da totalidade dos depósitos à ordem e a prazo. Em 1972 concediam 80,9 % dos empréstimos (segundo as informações estatísticas disponíveis). Era grande a concentração bancária: apenas cinco bancos representando 22,3 % do número total dos bancos e instituições de crédito do País detinham 73 % dos depósitos à ordem totais, 81 % dos depósitos com pré-aviso e 70 % dos depósitos a prazo. Nesse mesmo ano os seus lucros representavam 48,4 % dos lucros totais da banca, e quanto às participações financeiras detinham 75,9 %.

Estabeleceu-se o enlace entre o capital bancário e o capital industrial. Cada grupo monopolista tinha um banco como centro financeiro próprio.

A parte do Produto Nacional Bruto a custo de factores «criado» nas instituições de crédito e seguros passou de 1,3 % em 1938 para 3,4 % em 1972. Os lucros não distribuídos dos bancos comerciais e que, acumulados, constituem reservas, representavam 4,1 % do Rendimento Nacional. O conjunto de depósitos eram cinco vezes maiores que o total das notas e moedas em circulação no País e os depósitos a prazo 2,5 vezes maiores.

j) O principal peso nos saldos dos empréstimos é constituído pela carteira comercial: de 40 454 milhares de contos em 1966 passa para 166 224 em 1973, representando 81,5 %. Os empréstimos evoluíram no mesmo período de 26 368 milhares de contos para 88 309.

Segundo os dados estatísticos, 78,7 % e 85,7 % respectivamente da carteira comercial e dos empréstimos dirigiram-se para a «produção», mas uma parte (inquantificável) foi desviada para fins alheios. Do total do crédito à «produção», 3,1 % dirigiu-se para a agricultura. Ao consumo foi dedicado, respectivamente, 10,1 % e 8,1 % da carteira comercial e dos empréstimos e à exportação 1,8 % e 0,7 %.

O crédito bancário à agricultura dirige-se para as grandes explorações: enquanto nas explorações com menos de 20 ha 49,3 % delas recorrem ao crédito dos fornecedores e 31,5 % ao dos particulares (apenas 5,4 % recorrem a entidades bancárias privadas), nas explorações com mais de 20 ha 24,9 e 16,6 % recorrem, respectivamente, às entidades

bancárias privadas e às cooperativas de crédito agrícola mútuo.

k) No Orçamento Geral do Estado reflectia-se a situação geral da economia: o financiamento incidia cada vez mais sobre as classes trabalhadoras — grande peso dos impostos indirectos, taxas regressivas, isenções fiscais às grandes empresas —, enquanto as despesas militares e de segurança aumentavam, representando 29,6 % das despesas totais em 1969, 41,7 % em 1971, e nos anos seguintes ainda se agravou; a existência sistemática de défice, camuflado sob a capa de «receita extraordinária», atingiu quase 10 milhões de contos no orçamento para 1974.

Verificava-se também um apoio dedicado aos grupos monopolistas, cada vez mais mergulhados nas contradições que eles próprios geraram na economia portuguesa.

A parte da Formação Bruta do Capital Fixo que cabe à Administração Pública passou de 13,97 % em 1962 para 16,96 % em 1963 e 20,46 % em 1972; a parte do Produto Nacional «criada» nas empresas públicas evolui de 1,57 % em 1947 para 12,36 % em 1972.

l) A bolsa registou desde 1969, depois de uma relativa estagnação nos anos anteriores, um estrondoso aumento no volume e valor das transacções: 4114 milhares de contos em 1969, 8516 em 1972 e 17 446 em 1973.

Enquanto as cotações dos títulos de dívida pública e das obrigações tendem a descer, as das acções passam nesses anos extremos de um índice de 151,0 para 503,6. É sobretudo o resultado da especulação.

Em resumo: a última década do fascismo traduziu-se num grande aumento da importância do capital financeiro, nos quadros do capitalismo monopolista de Estado, com elevada centralização bancária. O mesmo se passa com a moeda bancária, orientada para o financiamento dos grupos monopolistas e das actividades especulativas. Agravam-se os défices das transacções comerciais com o exterior, do Orçamento Geral do Estado e do Banco de Portugal. A estabilidade da moeda é cada vez mais posta em causa, enquanto o seu poder aquisitivo interno diminui drasticamente. Cresce a dependência das metrópoles imperialistas dos pontos de vista produtivo, comercial, monetário e de crédito. Verifica-se o reforço das características de economia de guerra, o empolamento do capital fictício, a aceleração da emissão monetária, em bases cada vez mais precárias, e inclinação à «preferência pela liquidez».

Aos desequilíbrios estruturais vem-se juntar a degradação da situação conjuntural: as capas fictícias dos «equilíbrios» e da prosperidade especulativa encobriam os prelúdios da crise.

Os dados da crise monetário-financeira estavam lançados.

2.2. Durante o primeiro ano e meio posterior ao 25 de Abril existiram factores objectivos e subjectivos agravantes da situação anterior. Entre os primeiros é de referir o eclodir brutal da crise em todo o mundo capitalista, particularmente nos últimos meses de 1974 e durante 1975. Entre os segundos, a acção deliberada do grande capital nacional e internacional contra a jovem democracia portuguesa.

Deram-se importantes passos para a resolução das graves situações da moeda e do crédito. Tal só era possível em decidido combate às heranças do fascismo:

a) O capitalismo monopolista de Estado foi aniquilado no nosso país, enquanto o capitalismo monopolista e latifundista sofreu rudíssimos golpes que abriram as portas ao seu eventual fim definitivo. O primeiro passo foi exactamente constituído pela nacionalização de todo o sistema bancário de capital «nacional».

b) A bolsa de títulos foi encerrada.

c) Foi contido o aumento de preços (passou de uma média mensal de 4,3 % em fascismo para 1,6 %).

d) «Inversão radical no que respeita aos critérios de apreciação das operações de crédito. [...] Se na perspectiva privada e monopolista era dada a primeira prioridade à rentabilidade da operação e/ou do cliente, este mesmo critério passou a ter, até pelas exigências de equilíbrio financeiro empresarial que se pretende salvaguardar, função complementar dos critérios seguintes: fim a que se destinam os fundos, [...] segurança e [...] liquidez. [...] Fez-se a identificação de situações de irregularidade [...] procurou-se de seguida a rápida regularização destas situações, nomeadamente no que respeita a Empréstimos e Contas Correntes Caucionadas e Descobertos [...]. Controlo das orientações sobre selectividade de crédito, evitando facilidades na concessão de créditos a sectores ou actividades não prioritários e possibilitando deste modo a canalização do crédito para apoio a operações de sectores e empresas, em particular PME [...]. Nos pedidos de financiamento de empresas privadas procurou-se, por um lado, identificar, de forma inequívoca a sua ligação a actividades económicas dessas mesmas empresas e, por outro lado, que os empresários não descapitalizassem as suas empresas, mas pelo contrário que comprometessem os seus capitais nos empreendimentos.» (De *A Banca ao Serviço do Povo*, pp. 28-29.) Os empréstimos à produção passaram de 85,1 % em 1973 (de que grande parte era desviada para fins especulativos) para 90,7 % em 1975.

Contudo os referidos factores objectivos agravaram os desequilíbrios: «Na crise vê-se manifestar esta reivindicação: a totalidade das letras comerciais, dos títulos, das mercadorias, deve poder ser dum só golpe e simultanea-

mente convertível em moeda bancária e toda esta moeda, por sua vez, em ouro.» (*O Capital*, Karl Marx, Ed. Soc., livro III, tomo II, p. 234.) Os factores subjectivos agudizam as contradições:

a) Apesar de um acentuado decréscimo no ritmo de evolução do desconto, que passa de +34,7 % em 1973 para +8,1 % em 1975, é nítida a ruptura do crédito: os protestos de efeitos comerciais que tinham diminuído 26,34 % em 1973 aumentaram 225 % e 432 % respectivamente em 1974 e 1975. É a eliminação do capital fictício criado na especulação anterior ao 25 de Abril e a acção deliberada de criar dificuldades à Banca.

b) Os depósitos à ordem baixaram em 1974-1975 devido ao decréscimo verificado no Banco de Portugal e na banca comercial. Os depósitos a prazo diminuíram nos bancos comerciais, mas no conjunto continuaram a crescer a ritmo constante.

c) O redesconto intensificou-se, passando de 5,9 % dos créditos por carteira comercial em 1973 para 40,2 % em 1975.

d) Os meios totais de pagamento cresceram a ritmo decrescente (passaram de +23,4 % em 1973 para +6,7 % em 1975), mas as notas e moedas metálicas subsidiárias em circulação aumentaram: de +6 % em 1973 para +82,2 % e 57,5 % em 1974 e 1975. Cresce a importância da moeda nacional, inevitável na conjuntura económico-política, mesmo com bases precárias de disponibilidades do Banco de Portugal face ao mercado monetário internacional.

As variações do preço do ouro apresentam aspectos contraditórios: em 1974 aumentaram 2,67 % e em 1975 diminuíram 5,7 %. É mais o reflexo da evolução global dos poderes aquisitivos de todas as moedas que da situação interna. A comparação das evoluções nas praças de Lisboa e Londres revela maior tendência em Portugal para o entesouramento na forma de moeda-mercadoria.

e) A necessidade de intervenção do Estado na economia agrava nominalmente o défice do Orçamento Geral do Estado.

Nesse período de fluxo revolucionário não se verifica uma ruptura decisiva em relação ao imperialismo. Recorde-se a imunidade do capital internacional e a manutenção no essencial das relações comerciais externas. No entanto tentou-se preservar a independência nacional.

O aparelho produtivo continua a apresentar sérias debilidades.

2.3. Como afirmava em Abril de 1975 o organismo dos economistas do PCP no Porto, «o facto de as nacionalizações estarem limitadas a sectores e empresas cria uma contradição entre os interesses prioritários nesses sectores

e empresas e os da acumulação capitalista e do lucro nas restantes».

Tal contradição tem-se manifestado de forma aguda. O VI Governo Provisório e o actual Governo PS têm procurado «revolvê-la» convertendo integralmente aos interesses capitalistas os sistemas monetário e de crédito, ponta de lança para a restauração do capitalismo monopolista, só possível, hoje, com a restauração do capitalismo monopolista de Estado.

A crescente inserção dependente no imperialismo é o elemento motor do processo de recuperação capitalista no campo em análise:

a) Os saldos negativos da Balança Comercial e de Pagamentos agravam-se.

b) Descida sistemática da cotação do escudo durante 1976 (durante 1975 o valor externo do escudo manteve-se relativamente estável). É o resultado conjugado da situação da Balança de Pagamentos, da diminuição sistemática das reservas do Banco de Portugal, do impedimento do recurso ao mercado livre do ouro, da sabotagem económica (o próprio Banco de Portugal no seu relatório reconhece as fraudes de facturação), do mercado negro do escudo e da vulnerabilidade do Estado português às pressões imperialistas.

Em Fevereiro de 1977 a desvalorização de 15% em relação ao dólar (maior, por exemplo, na unidade de conta do Mercado Comum) veio confirmar a descida de cotação anterior, reconhecer politicamente as pressões monetárias das metrópoles imperialistas, agravar a situação do escudo. Agravou a dependência do estrangeiro: aumento do preço das mercadorias importadas, nomeadamente das que virão a constituir capital fixo, aumento generalizado de preços e redução do mercado interno, efeito positivo duvidoso, reduzido e efémero sobre as exportações, maior desconfiança sobre a moeda nacional, campo aberto a novas desvalorizações. Que se trata de uma decisão política sem suporte económico ressalta do último *Relatório do Banco de Portugal*: «[...] a consideração pelas autoridades monetárias dos efeitos negativos da política de depreciação do escudo [...]» (p. 191).

c) Durante o VI Governo Provisório consumiram-se 33,8 milhões de contos de reservas, três vezes mais que durante o IV e V Governos Provisórios, e com o Governo PS a situação não melhorou (as disponibilidades em ouro e moeda estrangeira diminuíram 5,6 milhões de contos nos primeiros onze meses de 1976, sendo cerca de metade desde a entrada em funções do Governo PS). Mais de 400 toneladas de ouro (de 850) estão hipotecadas. Entretanto agravam-se as responsabilidades em moeda estrangeira, que, por exemplo, de 6,8 milhões de contos em Novembro de 1975

salta para 30 milhões de contos em Novembro de 1976 e 50 milhões em Maio de 1977.

d) Manobras para integração no Mercado Comum.

e) Aumenta sistematicamente a dívida externa (pública e privada): em fins de 1975 a dívida pública efectiva externa era de 18,4 milhões de contos e reforçou-se nos orçamentos seguintes; em Setembro de 1976, segundo o primeiro-ministro, a dívida externa atingia 95,4 milhões de contos e actualmente calcula-se em cerca de 160 milhões de contos. Na generalidade dos casos os prazos dos créditos são curtos, estes não se traduzem automaticamente em entradas, são em grande parte orientados para aquisição de bens de consumo e vêm articulados com exigências políticas.

Faz lembrar a política suicida proposta nos antigos «planos de fomento»: «por definição o problema da capacidade de pagamento da dívida externa estará equacionado sempre que for possível assegurar novas entradas de capital suficientes para pagar os encargos da dívida externa».

A subordinação económico-política ao imperialismo, característica da fase de refluxo do nosso processo revolucionário, tende a auto-alimentar-se e a ter efeito multiplicador.

3.

Resolução de situações de enquadramento

3.1. Romper com a dependência crescente do sistema monetário-financeiro do imperialismo é uma grande prioridade.

Sem dúvida que as bases de uma tal mudança encontram-se simultaneamente em alterações no processo produtivo e na modificação de, pelo menos, alguns parâmetros do comércio externo, mas é possível e importante transformar as actuações nos campos monetário e de crédito. Não estamos a falar de uma ruptura abrupta com o sistema monetário-financeiro do imperialismo, tornada inviável, na actual fase do processo revolucionário, pela situação acumulada criada. Mas é possível uma ruptura com compromissos políticos, um não agravamento crescente de dependência, a resolução parcial da actual situação, o fim da política suicida de créditos externos.

No início deste ano num seminário bancário afirmava-se: «nesse campo (política monetária) será adoptada [...] salvo se as negociações internacionais impuserem outra via». É uma realidade a que se tem que pôr fim.

Especifiquemos três direcções importantes:

a) Pôr fim ao recurso sistemático ao crédito externo como única forma de cobrir os défices da economia nacional. Pôr fim à orientação sistemática dos créditos para fins alheios ao incremento da produção. Pôr fim às subordinações políticas que acompanham os créditos, e serão tanto

mais exigentes quanto mais nos aproximamos do colapso financeiro.

É em relação ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e ao Banco Mundial (BIRD) que se impõe uma actuação mais firme.

O FMI é o centro de coordenação da «política» monetário-financeira das metrópoles imperialistas que o dominam (Estados Unidos da América e Grã-Bretanha, com grande predominância da primeira). Têm sido parâmetros permanentes da sua actuação a sustentação do dólar como moeda internacional, a canalização dos seus recursos fundamentais para as metrópoles imperialistas, os empréstimos com juros elevados e com acordos complementares de empréstimos feitos pelo BIRD e instituições financeiras privadas dos países capitalistas, as pressões sobre a gestão financeira e pressões políticas como condições de crédito. A sua actuação tem sido sempre caracterizada pela busca de um reforço das relações de produção capitalistas no país dependente com quem negocia e de um aumento da integração no mercado mundial capitalista: liquidação das empresas nacionalizadas, que designam por «indústria artificial», e diminuição da intervenção do Estado, bloqueio dos salários e aumento do desemprego através do encerramento das empresas «deficitárias», limitação da legislação social, desvalorização das moedas. Tudo isto é muitas vezes acompanhado da exigência da instauração de um «poder estável e durável», um «governo forte». A instauração de regimes fascistas são algumas das suas vitórias. A actuação do BIRD vai no mesmo sentido, assumindo em vários casos um carácter complementar.

b) Contrariar a grande manobra política que é a adesão ao Mercado Comum também é importante no campo que temos estado a abordar. São conhecidos os esforços, sistematicamente abortados, de criação de uma moeda europeia supranacional. Qualquer esforço português nessa via seria gravoso: «Dada a ligação estreita que une moeda e poder político, a existência de uma moeda comum aos países capitalistas da Europa só pode ter como fim aumentar a influência e a pressão dos grupos monopolistas sobre a economia e os trabalhadores dos países abrangidos, alicerçando-a numa superestrutura estatal, diferente da dos Estados existentes, embora coordenada com eles. A criação e o uso de uma moeda europeia elevaria a um nível superior, quantitativo e qualitativo, a contradição entre o capital e o trabalho.» («Reflexions sur la Monnaie Européenne», Delaubay, *Economie et Politique*, 200-201.)

c) Controlo apertado das multinacionais, subordinando a sua actividade aos interesses da economia nacional de acordo com os princípios consignados na Constituição. As multinacionais, em muitos casos, além de empresas produ-

toras, são poderosas instituições financeiras, actuando internacionalmente com grande campo de manobra e jogando na especulação, nomeadamente cambista.

E as alternativas existem. Para além das grandes soluções de fundo ligadas ao próprio processo produtivo, é possível negociar acordos de crédito para aquisição de mercadorias em condições mais vantajosas que as fornecidas pelo FMI e seus parceiros, orientar crédito a longo prazo para desenvolvimento da produção, obter sistemas de compensação, nomeadamente com os países socialistas.

Recorde-se que na última reunião dos países não alinhados foi decidida a constituição de um sistema monetário independente do imperialismo. O sistema monetário-financeiro do imperialismo está em crescente decomposição. Amplia-se a vasta frente contra as tendências hegemónicas do imperialismo, nos campos monetário e financeiro.

3.2. Também no estrito plano interno, se assim se pode falar, existem alguns aspectos do sistema de crédito que se encontram nas mãos dos capitalistas e que podem pôr em causa a actuação estatal.

Para os resolver é importante:

a) Uma permanente vigilância dos trabalhadores sobre a actividade financeira nas empresas, quer no que respeita à concessão e aceite de créditos com outras empresas, quer nas suas relações com a banca. É na esfera empresarial que o movimento do capital-dinheiro adquire uma primeira dinâmica que vai impulsionar em grande medida a actuação do sistema bancário em geral e do Banco de Portugal. Se em determinados períodos conjunturais aquela parece «domesticada», outros existem em que a «violência» se clarifica.

Vigilância reforçada sobre os actos empresariais, com repercussões, directas ou indirectas, nas relações dos nossos sistemas monetário e de crédito com o estrangeiro.

b) Encerramento da Bolsa de Títulos ou, pelo menos, sua regulamentação apertada contra a especulação.

A Bolsa constitui um dos locais privilegiados de movimento do capital-dinheiro e da criação de capital fictício, embora hoje minimamente limitado pela nacionalização da banca. É um sorvedouro de mais-valia desviada da produção.

É certo que hoje tem grande insignificância, mas a política de recuperação capitalista, as indemnizações a capitalistas e latifundiários, entregando aos exploradores uma imensa massa de capital-dinheiro liberta de qualquer comprometimento com a esfera produtiva, a legislação atentatória da Constituição que tem sido aprovada, as pressões do imperialismo e a própria evolução da conjuntura podem torná-la numa poderosa arma contra quaisquer

modificações progressistas dos sistemas monetário e de crédito.

c) Pôr decididamente fim a todo o mercado negro do escudo e divisas.

d) Sanear os défices da própria administração pública. É possível reduzir drasticamente o défice orçamental.

E existem possibilidades de avançar com soluções alternativas com os trabalhadores, se o Governo respeitar as conquistas da Revolução.

4.

Defesa da nacionalização do sector bancário

4.1. O sistema bancário ocupa um lugar central pela influência sobre o sistema produtivo e a distribuição do rendimento, pela capacidade de criação monetária e orientação do capital-dinheiro.

Por tudo isto e pelas negras tradições de enlace aos grupos monopolistas e sabotagem contra o processo democrático, a manutenção da nacionalização do sector bancário é tarefa central. É cumprir a Constituição.

É certo que cada vez mais a Banca tem uma prática contrária ao processo revolucionário e que cada vez menos se diferencia da anterior à nacionalização. Sob capas legalistas de «indefinição jurídica de empresas», refugiados numa «sã gestão» orientada para a rendibilidade financeira dos devedores, apoiados em legislação de recuperação capitalista ou violando abertamente a lei, lançados na anarquia da maximização do lucro individual, os bancos nacionalizados têm tendido, desde o VI Governo Provisório, para a defesa intransigente da lógica capitalista. É a conversão lenta, mas sistemática, das nacionalizações não capitalistas em nacionalizações capitalistas, porta aberta à desnacionalização. É também certo que esta actuação não é concordante com a defesa e consolidação do processo democrático e que é necessário modificá-la, mas o ponto prévio é a defesa intransigente da nacionalização do sector bancário, o que, na medida do possível, deve ser conjugado com a alteração do seu «modo de actuação». Impõe-se a reconversão, reestruturação e racionalização do sector bancário: concretização das fusões, centralização de determinadas funções, eventual criação centralizada de serviços novos, de acordo com as novas tarefas, regularização da concorrência dilapidadora de recursos, especialização bancária, revisão da rede de agências, modificação da representação da Banca no estrangeiro. É importante encontrar formas de impedir os bancos estrangeiros já existentes de funcionarem como contrapoderes financeiros.

«A reestruturação deverá [...] desenvolver-se fora de esquemas abstractos, antes ligada a um raciocinar constante sobre as necessidades concretas da evolução do pro-

cesso e do planeamento», dentro do quadro de transição ao socialismo definido pela Constituição.

4.2. A reestruturação do sector bancário deve ter em conta a sua inserção, institucional e prática, numa política nacional de recuperação económica.

A burocracia dificulta a actuação de cada instituição do Estado e impede a sua coordenação. Isto é incompatível com a reconversão do sistema bancário. A acção deste só adquire verdadeiro sentido inserida nos objectivos estratégicos do desenvolvimento económico, na prossecução dos objectivos imediatos e prioritários.

Assim como defendemos uma planificação realista para ser aplicada, também é de considerar a integração da Banca no planeamento:

— Orientando as suas operações passivas e activas pelas prioridades definidas no plano.

— Coordenando aspectos financeiros o sector não capitalista.

— Promovendo mecanismos de influência sobre o sector privado, orientando-o, dentro dos quadros definidos pela Constituição, para o cumprimento do Plano.

— Criando a capacidade e formas de informação sobre o funcionamento de empresas e sectores que permitam apreciar periodicamente o grau de cumprimento dos objectivos do plano.

— Influenciando decisivamente todos os sectores económicos que estão dependentes da Banca, quer juridicamente quer de facto.

Lénine, ao referir-se à nacionalização da Banca, afirmava: «[...] quanto ao Estado, teria, pela primeira vez, a possibilidade de, antes de mais, conhecer todas as principais operações, controlá-las e, seguidamente, regulamentar a vida económica.» (em *A Catástrofe Eminente e os Meios de a Impedir*.)

5.

Algumas questões imediatas

5.1. Como tem sido largamente demonstrado, a redução e anulação do défice da Balança de Pagamentos é uma tarefa central para sair da crise, para defender a independência nacional. A ela se deve subordinar a Banca e o Banco de Portugal:

— Não apoio, ou menor apoio em certos casos, à importação de mercadorias supérfluas, embora tendo em algumas situações o cuidado de complementar com medidas para garantia de emprego. Procurar disciplinar onde possível a anarquia do comércio importador.

— Apoio financeiro à substituição de importações, podendo, nomeadamente, estabelecer-se uma escala de taxas

preferenciais de acordo com as prioridades. Influenciar a orientação das reconversões e dos novos investimentos.

— Apoio às exportações, sendo de estudar o interesse e possibilidades de aproveitar as remessas dos emigrantes para crédito externo aos importadores de produtos portugueses. Eventual escala de taxas preferenciais, de acordo com prioridades estabelecidas, atendendo às mercadorias e mercados de destino.

— Intensificação da captação de poupanças dos emigrantes e controlo da actuação das agências bancárias no estrangeiro.

— Orçamento cambial e controlo efectivo do movimento de divisas.

Alguns destes aspectos entroncam com a reestruturação da banca. Tem também que ver com a desburocratização do aparelho de Estado e a articulação com outras instituições económicas, com a capacidade técnico-política do Estado e da Banca, com o controlo operário sobre algumas actividades, com a democratização dos consulados e criação de serviços de apoio aos emigrantes, etc.

5.2. Estas medidas articulam-se bastante de perto com as necessárias *para garantir os postos de trabalho*.

Como referiu Freitas Monteiro na Conferência Económica do PCP, «só uma verdadeira política de recuperação económica pode resolver a situação de desemprego e criar condições para a sua resolução definitiva». Ora, essa política de recuperação económica tem que assentar no sector não capitalista e exige a manutenção da actividade dos sectores e empresas que se justifiquem e o aumento do aparelho produtivo, mas exige também um alargamento do mercado interno. Nem sempre estas duas faces da recuperação económica são complementares. Surgem contradições. O sistema bancário pode contribuir para atenuar ou resolver algumas dessas contradições:

— Nos sectores e empresas que estão efectivamente dependentes da Banca, passagem das dívidas de pagamento inviável e desorganizadoras do processo produtivo a capital social do Estado. Aproveitamento económico-social dessa nova situação, criada para inserir esses sectores no planeamento e apoiar financeiramente reconversões que contem com o apoio dos próprios trabalhadores.

— Taxas de juro e redesconto preferenciais para pequenas e médias empresas, empresas em autogestão, Unidades Colectivas de Produção e, de uma forma geral, mecanismos de estímulo a todas as medidas capazes de resolverem os seus problemas (veja-se a intervenção de João Garcia Araújo naquela Conferência).

5.3. Todas as medidas que diminuam a inserção dependente de Portugal no imperialismo e defendam as conquistas da Revolução, que impeçam as actividades especulativas, que restrinjam a anarquia da produção e comercialização e que estimulem a produção são importantes medidas *contra a inflação*, um flagelo para a vida dos trabalhadores que agrava as contradições da economia.

As chamadas «políticas anti-inflacionistas» que, jogando com as taxas de redesconto, de juro e de reservas mínimas, se baseiam numa problemática quantitativista, apenas encobrem as causas profundas do fenómeno e servem para actuações inflacionistas.

A reformulação planificada de uma parte do sistema de preços da nossa economia também exigiria uma actuação adequada da Banca.

5.4. Outras frentes de «política» bancária são também de ter em conta (exemplo: apoio ao Orçamento Geral do Estado, crédito agrícola, ...) mas não faremos aqui qualquer alusão específica.

6.

Conclusão

O que comumente é designado por política monetária tem um determinado grau de eficácia sobre a economia que não pode ser menosprezado, mas temos de ter clara consciência do seu carácter limitado, do seu condicionamento pela produção e pelos seus enquadramentos gerais. Contudo, no actual período de crise monetário-financeira a gestão monetária e a política monetária assumem uma acuidade particular que exige a nossa atenção.

CARLOS PIMENTA